

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.916 - RS (2019/0229158-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **VIVIANE LIGÓRIO FAGUNDES**  
**ADVOGADOS** : **FABIO MILMAN - RS024161**  
                  **EDGAR MOTA FAGUNDES - RS005022**  
                  **CRISTINA BERTA LUNARDELLI - RS093098**  
**AGRAVADO** : **CAMILA RENNER**  
**ADVOGADOS** : **CLAUDIA BRESSLER - RS039599**  
                  **JORGE PEREIRA GOULARTE DE SOUZA FILHO - RS032069**  
                  **LETICIA LOPES GUNTHER E OUTRO(S) - RS044470**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por VIVIANE LIGÓRIO FAGUNDES contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BEM MÓVEL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE PERDAS E DANOS. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO DE PROFISSIONAIS ODONTÓLOGOS. PARTILHA DE BENS. POSSE SOBRE OS MÓVEIS INDIVIDUALMENTE UTILIZADOS. INDENIZAÇÃO DA LOGOMARCA. INDENIZAÇÃO POR GASTOS COM CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO.

Considerados os fatos alegados e admitidos de parte a parte, a prova documental e a prova testemunhal, a ação ajuizada caracteriza-se como verdadeira dissolução da sociedade de fato, formada por profissionais odontólogas, no esforço comum para formar a estrutura individual e comum de consultório.

Pedido de reintegração de posse de tampo de granito, com instalações, e de mesa de escritório deferido. Contexto em que incontroversa a posse e a utilização exclusiva pela parte demandante do mobiliário indicado.

Indenização por perdas e danos admitida pela parte demandada. Fixação de acordo com o valor indicado na petição inicial, que considera a depreciação dos itens do investimento.

Rejeição do valor de depreciação indicado pela parte demandada, porque inverossímil e carecedor de prova.

Abatimento de metade do valor referente ao tampo de granito, com instalações, mais mesa individual de trabalho da demandante, objeto da reintegração de posse. Valor atualizado da metade dos móveis, considerada a depreciação desses itens, a ser apurado na liquidação de sentença.

Indenização pela marca indeferida, por não haver prova da utilização por parte da demandada após a dissolução da parceria.

Rejeitada a pretensão indenizatória dos honorários contratuais para o

ajuizamento da ação judicial, conforme decidido no IRDR N. 70070415021.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, inciso III e 489, inciso III, do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que o Tribunal local deixou de registrar na ementa deliberação acerca da sucumbência fixada. Assim, teria havido erro material.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao apreciar os embargos de declaração, o Tribunal de origem assim consignou:

É desnecessário constar da ementa detalhes sobre a decisão, que constaram da fundamentação do acórdão. A ementa é um resumo objetivo das questões decididas no acórdão, que não se presta ao esclarecimento de questões específicas sobre a distribuição da sucumbência. Assim, ainda que não se tratasse de pretensão infringente quanto à ementa, esta seria manifestamente incabível.

2.1. Nesse contexto, não há falar em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o Egrégio Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

2.2. Também não se verifica a alegada vulneração do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015, por ausência de fundamentação no acórdão, o qual apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas.

O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão. Ao contrário, verifica-se mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exhaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do referido dispositivo e o eventual provimento do recurso nessa parte.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, IV E VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. Indicação do dispositivo legal violado. Ausente. Súmula 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.  
[...].

3. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando a Corte

# *Superior Tribunal de Justiça*

local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo agravante em suas razões recursais, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. O recurso especial não pode ser conhecido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.

6. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1665837/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 23/06/2017) - g.n.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator